a mesma respeitou a ampla defesa e o contraditório no processo, proferindo decisão devidamente fundamentada. 2. A utilização da técnica de levantamento quantitativo de estoques, devidamente escorado em livros e documentos fiscais do sujeito passivo, constitui meio hábil para apurar eventuais faltas no cumprimento de obrigações acessórias. 3. Deixar de emitir documento fiscal na saída de mercadorias, quando o produto analisado já fora submetido à tributação em virtude da substituição tributária na entrada do estoque, configura descumprimento de obrigação acessória sujeita à penalidade legalmente prevista. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 31/10/2018. DATA DO ACÓRDÃO: 31/10/2018.

ACÓRDÃO N. 6030 - 1ª CPJ. RECURSO N. 13189 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 012015510005870-8). CONSELHEIRO RELATOR: FÁBIO ROBERTO DA SILVA VIEIRA. EMENTA: ITCD - AUTO DE INFRAÇÃO. TRANSMISSÃO PATRIMONIAL TRIBUTADA A TÍTULO DE DOAÇÃO. 1. Não cabe apreciação de inconstitucionalidade ou validade da legislação tributária, em sede de julgamento de instância administrativa, por força do art. 26, inciso III, da Lei Estadual n. 6.182/1998. 2. Deixar de recolher o imposto sobre transmissão patrimonial, a título de doação, no prazo fixado pela legislação, constitui-se em infração tributária e sujeita o infrator à imposição de multa e juros, sem prejuízo do recolhimento do imposto devido. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 31/10/2018. DATA DO ACÓRDÃO: 31/10/2018.

ACÓRDÃO N. 6029 - 1ª CPJ. RECURSO N. 13229 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 012014510002270-6).

ACÓRDÃO N. 6028 - 1ª CPJ. RECURSO N. 13231 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 012014510002251-0).

ACÓRDÃO N. 6027 - 1ª CPJ. RECURSO N. 13237 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 012014510002282-0).

ACÓRDÃO N. 6026 - 1ª CPJ. RECURSO N. 13235 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 012014510002300-1).

ACÓRDÃO N. 6025 - 1ª CPJ. RECURSO N. 13233 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 012014510002293-5).

CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHÃES PEREIRA. EMENTA: ICMS. UTILIZAÇÃO DE CRÉDITO INDEVIDO. CRÉDITO FISCAL SEM COMPROVAÇÃO 1. A utilização de crédito indevido em documento fiscal que não corresponde a uma efetiva operação de mercadoria sujeita o contribuinte às penalidades de lei, independente do imposto devido. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 26/10/2018. DATA DO ACÓRDÃO: 26/10/2018.

ACÓRDÃO N. 6024 - 1ª CPJ. RECURSO N. 13389 – VOLUNTÁRIO – (PROC/AINF N. 322014510000453-0). RELATOR: CONSELHEIRO DANIEL HISSA MAIA. EMENTA: ICMS – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. PRELIMINAR REJEITADA. EFEITO CONFISCATÓRIO DA MULTA APLICADA. 1. Rejeitada a preliminar de iliquidez do crédito fiscal, quando identificado que inexistem incorreções ou divergências de valores no quantum apurado e lançado pela autoridade competente. 2. Não cabe aos Órgãos de Julgamento a análise da validade da legislação tributária nem cabe a eles reduzir penalidade corretamente aplicada à situação fática comprovada nos autos, nos termos do art. 26, inciso III, da Lei Estadual n. 6.182/98. 3. Deixar de recolher, na qualidade de substituto tributário, o imposto retido na fonte configura infração à legislação tributária sujeita à penalidade legalmente prevista, independentemente do recolhimento do imposto devido. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 05/11/2018. DATA DO ACÓRDÃO: 05/11/2018.

ACÓRDÃO N. 6023 - 1ª CPJ. RECURSO N. 13181 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 372014510002372-9). CONSELHEIRO RELATOR: ALBERTO AUGUSTO VELHO VILHENA JUNIOR. EMENTA: ICMS – Auto de Infração. 1. Nula a autuação, quando restar caracterizado sua lavratura a sujeito passivo ilegítimo. 2. Recurso conhecido e, em preliminar, pela nulidade do auto de infração. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 24/10/2018. DATA DO ACÓRDÃO: 24/10/2018.

ACÓRDÃO N. 6022 - 1ª CPJ. RECURSO N. 13677 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 172013510000159-5). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHÃES PEREIRA. EMENTA: ICMS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. RECOLHIMENTO PARCIAL DO IMPOSTO. 1. É defeso aos órgãos de julgamento administrativo-tributário a apreciação de ilegalidade ou inconstitucionalidade de lei ou ato. Inteligência do art. 26, inciso III da Lei n. 6.182/1998. 2. A aplicação de multa visa desestimular a prática de ilícitos, não havendo confisco em sua imposição, desde que devidamente prevista em lei para o caso em concreto. 3. A falta de recolhimento de parte do imposto devido por sujeição passiva por substituição tributária sujeita o contribuinte substituto às penalidades da lei, sem prejuízo do imposto devido. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 24/10/2018. DATA DO ACÓRDÃO: 24/10/2018.

ACÓRDÃO N. 6021 - 1ª CPJ. RECURSO N. 13675 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 172013510000159-5). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHÃES PEREIRA. EMENTA: ICMS. REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. 1. Deve ser reduzido

o valor do crédito tributário exigido no AINF, em conformidade com as disposições do Convênio 52/91, que concede redução da base de cálculo nas operações com equipamentos industriais e implementos agrícolas. Correta a decisão singular que acata a redução para atender a legislação em sua plenitude. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 24/10/2018. DATA DO ACÓRDÃO: 24/10/2018.

ACÓRDÃO N. 6020 - 1ª CPJ. RECURSO N. 13371 – VOLUNTÁRIO – (PROC/AINF N. 012016510013214-0). RELATOR: CONSELHEIRO DANIEL HISSA MAIA. EMENTA: IPVA. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO. 1. Na vigência do contrato de arrendamento mercantil (leasing) de veículo automotor, o contribuinte do IPVA é o arrendante, que não perde a qualidade de proprietário. 2. Deixar de recolher o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA constitui infração à legislação tributária e sujeita o infrator à penalidade legalmente prevista, independente do recolhimento do imposto devido. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 26/10/2018. DATA DO ACÓRDÃO: 26/10/2018.

Protocolo: 388858

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO CPL-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2018

O BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A. torna público que realizará nos termos da Lei n. 13.303/2016 e de seu Regulamento de Licitações e Contratos, licitação na modalidade pregão eletrônico para Contratação de Instituição Financeira para Prestar Serviço De Escrituração Eletrônica de Ações, conforme condições estabelecidas no edital e seus anexos.

A sessão pública ocorrerá na seguinte data, horário e local:

DATA: 26/12/2018

HORÁRIO: 11h (horário de Brasília)

SISTEMA DE LICITAÇÕES: www.comprasgovernamentais.gov.br
O edital de licitação estará disponível a partir de 03/12/2018, podendo ser obtido gratuitamente no site do BANPARÁ (www.banpara.b.br) e sites www.comprasgovernamentais.gov.br e www.compraspara.pa.gov.br ou, ainda, na sede do BANPARÁ (Av. Presidente Vargas, n. 251, Ed. BANPARÁ – 1º andar, Comércio, Belém/PA) mediante depósito identificado do valor de R\$0,15 (quinze centavos) por folha (Conta Corrente n. 800.002-6, Agência n.11. do BANPARÁ), não reembolsável, relativos aos custos de reprodução.

Belém-Pará, 03 de dezembro de 2018

Márcia Teixeira

Pregoeira

Protocolo: 388968

OUTRAS MATÉRIAS

CONCURSO PÚBLICO 2018 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2018

Convocamos os candidatos, abaixo relacionados, para comparecerem ao BANPARÁ, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas úteis, a contar desta divulgação, para tratar de assunto referente à contratação, para os cargos especificados abaixo:

CARGO: Técnico Bancário Nível Médio

POLO II

Nome	Colocação	Agência Banpará (Local de Apresentação de Documentos)
RAIMUNDO DE ALMEIDA PANTOJA NETO	20º	Rua Coronel Raimundo Leão, nº 760, Centro - Cametá/PA
MARCELO VINICIUS RODRIGUES DOS SANTOS	203º PcD*	Av. Dom Pedro II, nº 1406, Santa Rosa - Abaetetuba/PA
CAIO FABIO DE SOUZA DA SILVA	21º	Av. Presidente Vargas, 251, Campina – 2º Andar – Belém/PA

POLO III

Nome	Colocação	Agência Banpará (Local de Apresentação de Documentos)
JUSSAN DA SILVA ARACATY	11º	Av. General Moura Carvalho, nº 215 - Centro - 68.707-000- Primavera/PA

POLO V

Nome	Colocação	Agência Banpará (Local de Apresentação de Documentos)
ANDRESSA FONSECA OLIVEIRA RIBEIRO	13º	Rua Benedito do Vale, s/n, Centro - Medicilândia/PA

CARGO: Contador

Nome	Colocação	Agência Banpará (Local de Apresentação de Documentos)
LUIZ REIS FERREIRA NETO	4º	Av. Presidente Vargas, 251, Campina – 2º Andar – Belém/PA

CARGO: Técnico em Informática Nível Superior

Área: DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA E ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS

Nome	Colocação	Agência Banpará (Local de Apresentação de Documentos)
PAULO ANDRE PEREIRA DE MIRANDA	21º	Av. Presidente Vargas, 251, Campina – 2º Andar – Belém/PA

Área: SUPORTE

Nome	Colocação	Agência Banpará (Local de Apresentação de Documentos)
ANDERSON DA SILVA FELIX	7º	Av. Presidente Vargas, 251, Campina – 2º Andar – Belém/PA

*Conforme o Edital do Concurso Público nº 001/2018, item 3, subitem 3.3.1. "O primeiro candidato que concorreu na condição de PcD classificado no concurso público, será admitido para ocupar a quinta vaga ofertada em cada cargo/polo, conforme anexo I deste edital, bem como das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso para o cargo/polo ao qual concorreu, enquanto os demais serão admitidos a cada intervalo de 20 (vinte) cargos providos a partir da vigésima primeira (21, 41, 61, ...)".

Obs.: O não comparecimento do candidato, no prazo acima estabelecido, será considerado como desistência.

Belém, 03 de dezembro de 2018.

Protocolo: 388820

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA 518, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2018

A Secretária de Estado de Planejamento, em exercício, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 22/10/2018, publicado no DOE nº 33.725, de 23/10/2018, e CONSIDERANDO o Processo nº.2018/531656, de 28/11/2018, R E S O L V E:

DESIGNAR, a servidora MARIA DE JESUS SANTOS DE AZEVEDO ALVES, matrícula nº 5891828/3, ocupante do cargo em comissão de Coordenador, para responder pela Diretoria de Gestão do Fundo de Desenvolvimento Econômico - DIFE, no período de 01 a 31/12/2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria de Estado de Planejamento, 29 de novembro de 2018.

MARIA CRISTINA MAUÉS DA COSTA

Secretária de Estado de Planejamento, em exercício

Protocolo: 388747

TERMO ADITIVO A CONVÊNIO

TERMO ADITIVO: 11º CONVÊNIO: 079/2014

Processo: 600592/2013

Objeto: Prorrogar por solicitação o Prazo de Vigência

Data da Assinatura: 30/11/2018

Vigência: 01/12/2018 a 28/02/2019

Partes:

Beneficiário ente Público: Município de Tracuateua

Concedente: SEPLAN

Ordenadora: Maria Cristina Maués da Costa

Protocolo: 388681